



RELATÓRIO

E CONTAS

2022

Montepio Acções Europa

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Acções**

 **Montepio** **Gestão de Activos**

Grupo Montepio

Fundo

Montepio Acções Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Sumário executivo e factos relevantes do exercício

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Perspetivas futuras

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signatures in blue ink:
A large signature on the left, a smaller one on the right, and a cluster of three signatures at the bottom right.

Sumário executivo e factos relevantes do exercício

O Fundo Montepio Acções Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções, doravante denominado Fundo ou Montepio Acções Europa, iniciou a sua atividade em 14 de junho de 2000, visando a constituição de uma carteira diversificada de ações.

O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de dezembro de 2022, de 17.498.019,42 €.

Os Resultados do Fundo foram negativos em cerca de 2,85 milhões de euros (M€).

O ano de 2022 mostrou, em termos globais, o acentuar do recrudescimento das tensões geopolíticas, especialmente no que respeita ao deflagrar da guerra na Ucrânia, com as consequentes perturbações nas cadeias de fornecimento global e o aumento da volatilidade dos preços, numa primeira fase mais notória nos setores da energia e alimentar, alargando-se posteriormente à generalidade dos setores de atividade, contribuindo para aumentar os níveis de incerteza global na economia e gerando acrescida pressão inflacionista, com reflexos ao nível da subida das taxas de juro nas principais economias, em consequência das intervenções de política monetária por parte da generalidade dos bancos centrais, através do aumento das taxas de juro de referência.

No que respeita ao mercado global dos fundos de investimento, o exercício de 2022 fechou com uma redução de cerca de 1,6 mil milhões de euros (mM€) em relação a 2021, invertendo o ciclo de crescimento observado nos três anos anteriores, essencialmente explicado pelo *"facto de o montante de unidades de participação amortizadas ter superado em 1,4 mil milhões de euros o montante emitido"*, conforme aponta o Banco de Portugal (BdP) na sua publicação *"Fundos de investimento: nota de informação estatística de dezembro de 2022"*, de 10 de fevereiro de 2023. Ainda segundo a mesma publicação, os fundos de ações registaram um comportamento inverso, com as subscrições a superarem os resgates em cerca de 400 milhões de euros (M€), onde se incluiu o Fundo Montepio Acções Europa, que observou idêntico comportamento nas Unidades de Participação (UP) da Classe A, apresentando um saldo positivo de 3,9 M€, no final de 2022.

Enquadramento macroeconómico

Economia

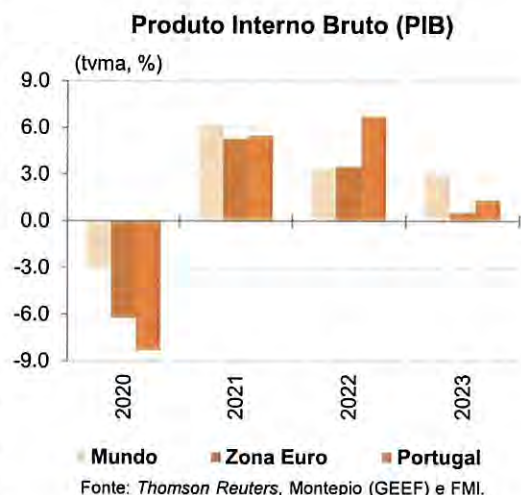
Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook (WEO)*, em 31 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global (em paridade do poder de compra) de 2,9% para 2023, mais 0,2 p.p. (pontos percentuais) do que o projetado em outubro, embora representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

O FMI prevê igualmente que a economia global volte a acelerar em 2024 (+3,1%), mas devendo permanecer a crescer abaixo da média anual de 3,8% no período 2000/2019. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar na economia global: a resposta ao aumento da inflação e a guerra na Ucrânia. Apesar disso, o FMI considera que as perspetivas são menos sombrias do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação, cuja média global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024 (embora ainda acima do valor médio pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de 3,5%).

O FMI assinala que a política monetária está a contribuir para a descida da inflação, apesar da inflação *core* – que exclui preços de energia e de alimentação – ainda não ter atingido o seu pico em muitos países.

O FMI identifica também os efeitos favoráveis da reabertura da economia chinesa, após a política de “Covid-zero” adotada nesse país, referindo que a repentina abertura da China cria as condições para uma recuperação rápida da atividade. Também as condições financeiras internacionais melhoraram por causa de uma menor pressão da inflação, enquanto a desvalorização do dólar nos últimos meses, desde o seu pico em novembro, permite uma ligeira recuperação nas economias emergentes e em desenvolvimento.



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Chk"
 - Middle right: "F."
 - Bottom right: "Jim"
 - Far right: "L"

Economia da Zona Euro

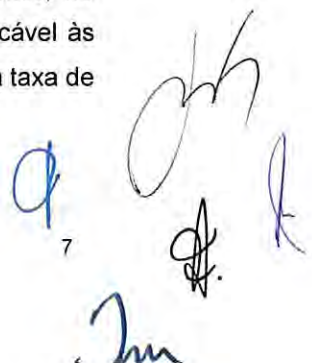
A atividade económica na região arrancou o ano de 2022 a exhibir um crescimento em cadeia de 0,6% no 1.º trimestre, tendo acelerado, inesperadamente, no 2.º trimestre, para um crescimento de 0,9%, não obstante o impacto do conflito militar na Ucrânia, e continuado a crescer ao longo da 2.ª metade do ano, apesar de em abrandamento (+0,3% e +0,1% nos 3.º e 4.º trimestres). Depois do crescimento médio anual da Zona Euro de 5,3% em 2021, que sucedeu à forte contração de 6,3% em 2020, a economia da região conseguiu expandir-se 3,5% em 2022, superando as expectativas da generalidade das entidades internacionais e com o melhor final de 2022 a implicar também uma revisão em alta das perspetivas para 2023.

Consequentemente, o FMI reviu em alta, no final de janeiro, a sua anterior previsão de crescimento do PIB da Zona Euro (divulgada em outubro de 2022), de 0,5% para 0,7%, o mesmo tendo sido feito pela Comissão Europeia, em meados de fevereiro, dos 0,3% (previstos em novembro de 2022) para 0,9%, superando as projeções da generalidade das restantes entidades (em novembro, a OCDE previu +0,5%, ao passo que o Banco Central Europeu (BCE) previu +0,5% em dezembro).

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação – a taxa de crescimento homólogo do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, que representou máximos desde setembro de 1982 (+10,7%) –, que refletiu, em grande medida, a evolução dos preços da energia (problema que já se verificava e que foi exacerbado com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia), tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o BCE deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o término das aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP), tendo depois, ao longo da 2.ª metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, com subidas nas reuniões de julho (de 50 p.b.), de setembro e outubro (ambas de 75 p.b.) e de dezembro (de 50 p.b.).

Tratou-se do mais agressivo ciclo de subida de taxas de juro do BCE, com as taxas de referência a aumentarem 250 p.b. em cinco meses, quando em ciclos anteriores esses aumentos, no mesmo prazo, foram entre 50 p.b. e 100 p.b. Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 3,00% e a taxa de



depósitos nos 2,50%, tendo o BCE prosseguido este ciclo de subidas já em 2023 (subiu em 50 p.b. em fevereiro).

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2022 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 2,4% no 1.º trimestre, a acelerar bastante face ao trimestre anterior (+1,9%) e a superar os anteriores máximos históricos registados no 4.º trimestre de 2019, ultrapassando, assim, os níveis pré-pandemia.

Após um abrandamento no 2.º trimestre de 2022, com uma subida de apenas 0,1% (em parte resultante da correção técnica dos problemas estatísticos de medição da atividade que se terão observado no 1.º trimestre), o PIB voltou a acelerar na 2.ª metade do ano, acabando por superar as expectativas da generalidade das entidades (+0,4% e +0,2% nos 3.º e 4.º trimestres).

Em termos anuais, o PIB registou, assim, um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois da expansão de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica, tendo fechado 2022 cerca de 3,2% acima do PIB em 2019.

Para 2023, é esperado um marcado abrandamento do crescimento, com o Governo a assumir no Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023), publicado em outubro de 2022, um crescimento de 1,3%, abaixo dos 1,5% previstos posteriormente (em dezembro de 2022) pelo Banco de Portugal (BdP), mas acima das previsões das principais entidades internacionais (a OCDE previu +1,0% em novembro e a Comissão Europeia +0,7%, ao passo que o FMI projetou, ainda em outubro, +0,7%).

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, assistiu-se também a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, a qual passou de 2,8% em dezembro de 2021, para 9,8% em dezembro de 2022, tendo em outubro atingido 10,6%, um máximo desde o início da série histórica, em janeiro de 1996, com a inflação média anual a ascender a 8,1% para 2022 (+0,9% em 2021). Tal como observado na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), um aumento da taxa de desemprego, dos 5,9% de dezembro de 2021 para 6,7% em dezembro de 2022, traduzindo o agravamento observado, sobretudo, na reta final do ano, mas registando-se, em termos anuais, uma redução desta taxa, dos 6,6% verificados em 2021 para 6,0% em 2022. O diferencial entre o crescimento da produtividade aparente do

trabalho e o crescimento dos salários em termos reais alargou-se muito substancialmente em 2022, tendo atingido um valor máximo desde 1972. De acordo com as previsões de novembro da Comissão Europeia, deverá observar-se em 2023 uma redução dos salários reais, pelo 2.º ano consecutivo, conduzindo a uma perda acumulada em 2022 e 2023 de cerca de 5%.

As finanças públicas beneficiaram do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, que, em contabilidade pública, subiu 11,0% (+14,6% face a 2019), suportado pelo aumento da receita fiscal (+13,8%), com um crescimento de 16,5% dos impostos diretos e de 11,5% dos impostos indiretos, nomeadamente em sede de IVA (+18,6%), que também beneficiou da forte recuperação das receitas turísticas, com a subida do IVA a ser a maior desde 1994.

Assim, o défice orçamental (em % do PIB) terá caído em 2022 dos 2,9% observados em 2021 para um valor um pouco abaixo dos 1,9% assumidos pelo Governo no OE 2023, devendo o rácio da dívida pública sobre o PIB ter registado em 2022 uma descida superior a 10 p.p. face aos 125,5% registados em 2021, no que terá representado a maior queda anual desde, pelo menos, 1973.

O défice da balança corrente ter-se-á agravado em 2022, dos 1,2% do PIB observados em 2021 para um valor em torno de 1,5%, face à redução da taxa de poupança dos particulares em 2022 (passou dos 9,8% em 2021 para 4,7%), que prolongou a trajetória iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), depois da marcada subida observada em 2020, para 11,9% (7,2% em 2019), devido à quebra do consumo originada pela pandemia.

Mercados Financeiros

O ano de 2022 ficou indiscutivelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro), que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia por parte do Ocidente e uma escalada dos preços das *commodities*, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

A condicionar também o sentimento do mercado esteve a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19 (e que provocaram novas medidas restritivas em algumas economias, nomeadamente na China, com a adoção da política de "Covid zero", que condicionaram, significativamente, a atividade económica no país, sobretudo no 2.º e 4.º

trimestres), a intensificação das pressões inflacionistas (muito agravadas com o espoletar da guerra na Ucrânia e que só mais perto do final do ano começaram a dar sinais de alívio, embora permanecendo muito elevadas) e a conseqüente resposta por parte dos principais bancos centrais, no sentido de colocarem as suas políticas monetárias mais restritivas.

De realçar também a continuação das preocupações relativamente ao anterior ritmo de subida das ações, reforçadas com o aumento das *yields* da dívida soberana, sobretudo ao nível das empresas mais endividadas e mais expostas ao ciclo económico, bem como com os dados económicos divulgados ao longo do ano de 2022, que continuaram, de um modo geral, a evidenciar um abrandamento da atividade nas principais economias, designadamente após o início do conflito.

O ano de 2022 ficou inclusive marcado pelo aumento da probabilidade atribuída a uma recessão global em 2023 – embora, no final de janeiro deste ano, o FMI tenha vindo referir que essa recessão poderá ser evitada –, espoletada pela redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação, e pelo impacto sobre a procura agregada do referido endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes quedas em 2022, com o S&P 500 a cair 19,4% no total do ano e a apresentar o pior 1.º semestre (-20,6%) desde mais de 50 anos (embora depois do forte crescimento de 26,9% em 2021, naquele que havia constituído o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999). O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%, a maior queda desde 2008), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o Eurostoxx 50 perdeu 11,7%, mas com o índice português *PSI* a conseguir valorizar 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias (outra exceção foi o britânico *FTSE 100*: +0,9%), depois de já ter subido 13,7% em 2021, naquele que havia sido o melhor desempenho anual desde 2017. O índice *MSCI* global desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As *yields* da dívida pública de referência subiram bastante nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas.

Na Alemanha, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 p.b., para 2,764% (+275 p.b. nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior subida desde, pelo menos, o início dos anos 90.

Nos EUA, as *yields* a 2 anos subiram 369 p.b. para 4,426% (nos 10 anos, +236 p.b. para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80.

Os spreads de crédito apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos também nos *spreads* dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 p.b., para um *spread* de 214 p.b.), seguida da Grécia (+54 p.b., para 205 p.b.) e de Portugal (+37 p.b., para 102 p.b.), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 p.b., para 109 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as taxas Euribor apresentaram também marcadas subidas em 2022 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas Euribor fecharam 2022 em terreno positivo em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693% nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e inícios de 2009.

Os índices gerais de *commodities* registaram, igualmente, fortes subidas, com o índice composto *CRB Index* a avançar 19,5% e o *GSCI* 8,7%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 14,2%), num contexto de aumentos dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 10,5% e 6,7% (os preços do gás na Europa subiram 13,0% face ao fecho de 2021, após já terem aumentado 243% em 2021, embora fechando o ano de 2022 num nível 76% abaixo do máximo histórico de final de agosto), das agrícolas (fizeram máximos históricos no ano, em meados de maio), do gado e dos metais preciosos (apenas marginalmente), sendo, no entanto, penalizado pelos metais de base (mas que chegaram, no entanto, a fazer máximos históricos no ano, no início de março).

Sistema Financeiro

No ano de 2022 o sistema bancário português continuou a cumprir o seu papel no financiamento da economia através da atividade de concessão de crédito: o saldo do crédito concedido a particulares teve um crescimento homólogo de 4,2 mM€ (taxa de variação homóloga (tvh) de 3,3%), com especial destaque para a evolução do crédito à habitação que, com uma variação de 3,4 mM€ (tvh: 3,5%), representou 80% do crescimento total do crédito a particulares. Já o crédito ao consumo subiu 1,6 mM€ (tvh: 8,1%).

O crédito novo concedido a particulares em 2022 foi superior em 8,7% face a 2021 (23,9 mM€ em 2022 e 22 mM€ em 2021), tendo a taxa de juro média dos novos empréstimos à habitação acompanhado a evolução das taxas indexantes Euribor, aumentando de 0,83% (dezembro de 2021) para 3,24% (dezembro de 2022).

No segmento das empresas não financeiras, o saldo de crédito diminuiu 0,3 mM€ no mesmo período (tvh: -0,4%). Contudo, salienta-se que o montante de novos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas em 2022 aumentou 1,2 mM€ face a 2021, atingindo 22 mM€ em 2022. As taxas de juro do crédito novo concedido a empresas aumentaram de forma semelhante ao segmento de particulares (+2,4 p.p.).

Em dezembro de 2022, os setores económicos mais representativos no total de crédito concedido por bancos portugueses a empresas continuaram a ser o “comércio, restauração e hotelaria” e a “construção e imobiliário” (27,7% e 21,1%, respetivamente, do total do crédito a empresas, face a 27,6% e 20,5% em 2021).

Consequentemente, os setores relacionados com o comércio e turismo assumiram a liderança na concessão de crédito a empresas não financeiras, tomando, desde 2019, a posição que foi detida pelo setor imobiliário nas décadas anteriores. Realça-se igualmente o peso do setor da indústria, que entre 2021 e 2022 aumentou de 20,4% para 20,7%, encontrando-se próximo dos valores observados para os setores mais relacionados com o imobiliário.

No que respeita aos depósitos, no segmento de particulares observou-se um aumento de 5,5% (+9,6 mM€), enquanto nas empresas esse crescimento foi de 8,9% (+5,5 mM€).

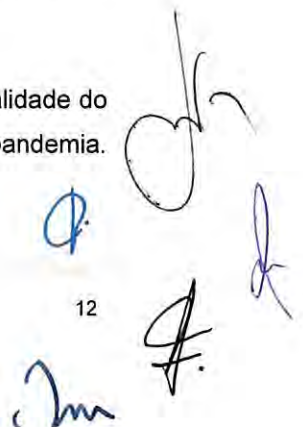
Os novos depósitos a prazo de empresas atingiram o valor de 21,5 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,97%) e os novos depósitos a prazo de Particulares totalizaram 49,4 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,35%).

Com o maior crescimento dos depósitos face ao crédito, o rácio de transformação (medido através do crédito a clientes líquido sobre os depósitos de clientes) manteve a trajetória descendente que tem vindo a observar desde 2010 situando-se em 79% (setembro de 2022), - 2,1 p.p. do que em dezembro de 2021, atingindo um mínimo histórico de 25 anos.

A proporção de empréstimos não produtivos manteve em 2022 (setembro) a trajetória de descida iniciada em junho de 2016 (quando esta atingiu um pico de 20,1%, segundo dados da *European Bank Authority* (EBA)) posicionando o rácio médio de *Non Performing Loan* (NPL) do sistema bancário português em 3,2% (-0,5 p.p. do que em dezembro de 2021).

O *stock* de imparidades para cobertura de NPL em 2022 (setembro) aumentou ligeiramente face ao registado em 2021 (55% em 2022 e 54% em 2021).

O comportamento do custo do risco tem evidenciado uma tendencial melhoria da qualidade do crédito, após registar um pico em 2014 e uma trajetória descendente até à pandemia.



Prolongando a acentuada redução em 2021, o custo do risco diminuiu novamente em 2022, em 22 p.b., fixando-se nos 0,35% no terceiro trimestre de 2022.

A melhoria da qualidade do crédito do setor bancário português é também ilustrada pelo aumento do peso do crédito em *Stage 1* (de 82,1% em dezembro de 2021 para 86,7% em setembro de 2022), por oposição à queda do peso do crédito em *Stage 2* (de 13,3% em dezembro de 2021 para 9,9% em setembro de 2022) e *Stage 3* (de 4,4% em dezembro de 2021 para 3,2% em setembro de 2022).

O ano de 2022 assistiu a uma inversão da tendência de crescimento do rácio *Common Equity Tier 1 (CET1)*, diminuindo de 14,6% em setembro de 2021, para 14,1% em setembro de 2022, segundo dados da EBA.

No que respeita à liquidez, os rácios *Liquidity Coverage Ratio (LCR)* e *Net Stable Funding Ratio (NSFR)* mantiveram níveis confortáveis em 2022 (247% e 146%, respetivamente, em setembro), próximos dos valores registados no final de 2021 (249% e 143%, pela mesma ordem).

No ano de 2022 assistiu-se a uma significativa melhoria da rentabilidade dos bancos, impulsionada pela subida das taxas de juro de curto prazo, com a rentabilidade dos capitais próprios (*return on equity, ROE*) a subir de 5% para 8%, entre 2021 e 2022, níveis que não se observavam desde a crise do *subprime*, sendo que entre 2000 e 2007 os níveis médios do ROE se situavam em torno de 15%.

Para o aumento da rentabilidade do setor bancário foi essencial o crescimento do Produto Bancário, que beneficiou da subida da margem de intermediação financeira de 1,47% em dezembro de 2021 para 1,63% em setembro de 2022.

Consequentemente, o peso das comissões no produto bancário diminuiu (de 30,8% em dezembro de 2021 para 28,9% em setembro de 2022).

A melhoria da rentabilidade beneficiou igualmente da tendência decrescente do *cost-to-income*, que em setembro de 2022 se situava em 45,1%, 2,9 p.p. abaixo dos valores de dezembro de 2021.

Principais Riscos e Incertezas para 2023

Tal como foi observado relativamente ao contexto económico e às expectativas para os mercados financeiros, também o setor bancário português poderá sofrer impactos diretos e indiretos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e das suas vicissitudes. Nos efeitos diretos, destaca-se o impacto na deterioração da qualidade das exposições diretas a estas geografias

ou a outras com estas interconectadas. Indiretamente, um conflito com estas características poderá impactar desfavoravelmente na geração de resultados por parte dos bancos, por via da menor atividade económica resultante da incerteza acrescida e do aumento do risco de crédito resultante desse abrandamento, da manutenção de níveis de inflação bastante acima dos objetivos dos principais bancos centrais e das políticas monetárias mais agressivas, com redução do poder de compra e do aumento dos encargos financeiros das famílias e das empresas.

Subidas de taxa de juro poderão também impactar desfavoravelmente nos bancos com maior exposição a títulos de taxa fixa de maturidades mais alargadas, em carteiras ao justo valor através de resultados ou de outros resultados, bem como aumentar o custo de emissões de títulos para cumprimento de fundos próprios e passivos elegíveis no âmbito da resolução bancária (MREL).

A progressiva descontinuação das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (*TLTRO-III*) poderá contribuir também para o impacto desfavorável da subida das taxas de juro sobre o custo do *funding*.

O BCE tem mantido um foco nos riscos climáticos e tem aumentado o incentivo para que os bancos os incluam nos diferentes procedimentos de gestão de risco. Esta situação exige do sistema um esforço operacional significativo. Mesmo na eventualidade dos riscos de transição ou físicos não se materializarem durante alguns anos, estes riscos poderão dar origem a impactos reputacionais ou sancionatórios, devido à atualidade do tema e às iniciativas regulamentares em curso.

A conjuntura é cada vez mais desafiante em termos de riscos operacionais, nomeadamente em contexto de transformação digital – relevando-se, portanto, a crescente importância dos procedimentos de cibersegurança.

O crescente espectro da regulamentação bancária pode igualmente agravar os riscos operacionais, ao aumentar o risco legal associado a eventuais incumprimentos.

Evolução da atividade

Política de Investimento

A política de investimento do Fundo visa a constituição de uma carteira diversificada de ações.

O Fundo detém em permanência mais de dois terços do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações cotadas no mercado de cotações oficiais de uma Bolsa de Valores de qualquer país da União Europeia, na Suíça (Bolsas de Valores de Basileia, Zurique e Genebra) e na Noruega (Bolsa de Valores de Oslo).

O Fundo deterá até ao máximo de 25% do seu valor líquido global, libras esterlinas, coroas suecas, coroas norueguesas e francos suíços, não podendo deter mais de 10% do seu valor líquido global em UP de fundos de investimento.

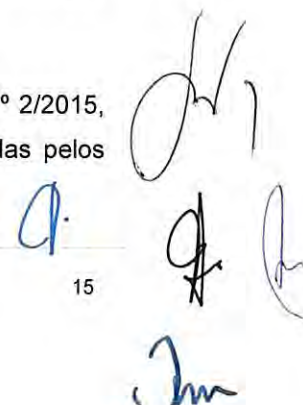
Rendibilidade e Risco

A evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis é a seguinte:

Classe A				Classe I		
Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2013	16,41%	13,1%	Classe 5			
2014	2,87%	12,6%	Classe 5			
2015	8,12%	18,0%	Classe 6			
2016	2,27%	19,6%	Classe 6			
2017	10,84%	9,4%	Classe 4			
2018	-14,82%	14,2%	Classe 5			
2019	20,89%	11,9%	Classe 5			
2020	-6,83%	31,2%	Classe 7	-5,68%	31,2%	Classe 7
2021	23,17%	10,5%	Classe 5	24,72%	10,5%	Classe 5
2022	-11,57%	16,5%	Classe 6	-	-	-

As rendibilidades apresentadas, calculadas com base no último dia útil de mercado de cada ano, constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das UP pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

A categoria de risco indicada, calculada de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos



Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020, não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Igualmente de notar que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que o Fundo investe. As ações e instrumentos negociáveis que confirmam o direito de aquisição de ações, pela sua natureza, apresentam oscilações significativas de preço, pelo que o Fundo apresenta um risco elevado.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

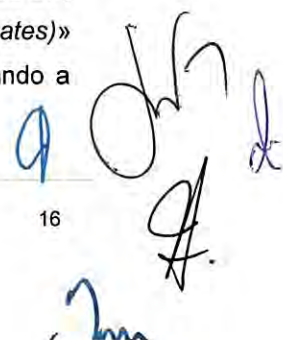
O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de dezembro de 2022, de 17.498.019,42 €. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Categoria A			
Anos	VLGF (€)	# UP circulação	Valor da UP (€)
2018	7 621 429,50 €	174 549,7159	43,6634 €
2019	8 792 049,03 €	166 563,3087	52,7850 €
2020	11 388 145,03 €	231 538,3467	49,1847 €
2021	15 834 023,12 €	261 376,4724	60,5794 €
2022	17 498 019,42 €	326 640,2084	53,5697 €

Categoria I			
Anos	VLGF (€)	# UP circulação	Valor da UP (€)
2018			
2019	9 937 736,26 €	188 190,7999	52,8067 €
2020	9 373 425,29 €	188 190,7999	49,8081 €
2021	5 831 385,09 €	93 875,7318	62,1181 €
2022	-	-	-

Totais - Categorias A e I		
Anos	VLGF (€)	# UP circulação
2018	7 621 429,50 €	174 549,7159
2019	18 729 785,29 €	354 754,1086
2020	20 761 570,32 €	419 729,1466
2021	21 665 408,21 €	355 252,2042
2022	17 498 019,42 €	326 640,2084

A redução do VLGF do Fundo em relação ao fecho de 2021, resulta, sobretudo, do contributo negativo do «efeito rendibilidade (valorização das UP)», observado em ambas as classes de UP, ainda que parcialmente compensado pelo «efeito quantidade (subscrições líquidas de resgates)» observado na Classe A, que observou um aumento de 3,87 M€, o que vem sustentando a capacidade de atração junto do mercado alvo.



Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto: comissão de subscrição e comissão de resgate de 0%.

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e o Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos, evidenciando o saldo líquido entre os Ganhos e Perdas em Operações Financeiras, que se mostrou negativo, em cerca de 3 M€, no final do ano de 2022.

	2020	2021	2022
Proveitos	8 884 770,59	13 485 243,99	8 174 074,02
Custos	11 529 635,53	8 866 115,15	11 028 709,76
Resultado Líquido	(2 644 864,94)	4 619 128,84	(2 854 635,74)

(valores em Euros)

No que respeita aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rubricas abaixo, relevando-se o aumento, em termos homólogos, da comissão de comercialização, em resultado do referido «efeito quantidade» observado em 2022.

	2020	2021	2022
Comissão de Gestão	73 606,36	80 047,94	92 345,73
Comissão de Depósito	8 088,91	10 427,70	9 597,98
Comissão de Comercialização	53 092,60	130 069,24	173 918,73
Taxa de supervisão	2 601,30	3 054,25	2 883,95
Custos de auditoria	7 503,00	4 920,00	7 380,02
Comissão de carteira de títulos	7 640,48	47 088,86	43 340,89

(valores em Euros)

Sustentabilidade

Em ordem a dar-se cumprimento ao artigo 7º do Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho de 2020, informa-se que «os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental».

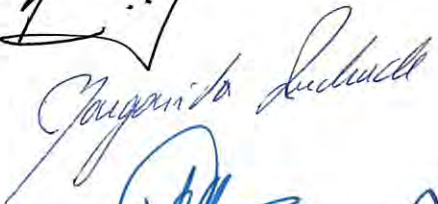

Perspetivas futuras

O ano de 2023 deverá continuar, à semelhança do sucedido em 2022, a ser marcado pelo contexto global da inflação e da guerra da Ucrânia, a par dos efeitos da política monetária levada a cabo pelos principais bancos centrais, designadamente arrefecendo a procura agregada e a inflação, ainda que, não obstante os impactos ao longo de 2023, o efeito pleno se espera poder vir a ocorrer apenas em 2024.

O nível global de incerteza na economia deverá ser elevado, o que poderá condicionar as perspetivas de crescimento, as quais se encontram correlacionadas com a duração e grau de disrupção da guerra na Ucrânia e respetivo impacto nos mercados financeiros, sobretudo ao nível das *commodities*, assim como pelas reações de política económica, donde se destaca a referida normalização da política monetária, a qual se deverá manter em 2023. Esta conjuntura determina uma análise prudente e ponderada na contextualização dos impactos na atividade do Fundo.

Para 2023, o Fundo propõe-se vir a classificar-se como artigo 8.º, no âmbito do denominado “Regulamento SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*)¹, procurando promover características ambientais e/ou sociais, robustecendo o compromisso com a sustentabilidade ao nível do contexto ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*².

Lisboa, 14 de março de 2023


¹ Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (tradução livre)

² Meio ambiente, social e governança empresarial (tradução livre)

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

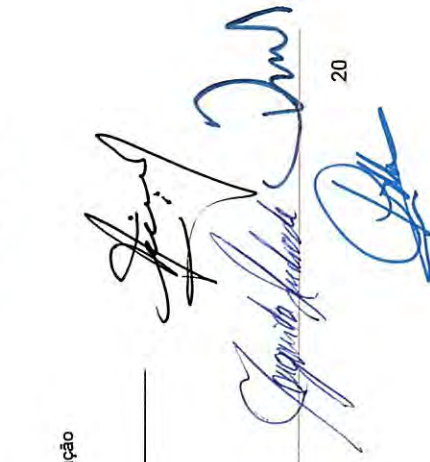
(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2022		2021		Períodos	
		Mv	mv/P	Líquido	Líquido	2022	2021
ATIVO							
		Bruto					
21	CARTEIRA DE TÍTULOS						
22	OBRIGAÇÕES	15 887 248,36	910 694,83	1 982 593,68	14 815 349,51	18 488 229,84	16 332 010,65
23	AÇÕES						(967 959,25)
24	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						(1 349 442,61)
25	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	1 431 873,86	0,00	45 980,44	1 385 893,42	1 333 830,40	4 988 603,76
26	DIREITOS						383 402,04
	OUTROS INSTRUMENTOS DE DIVIDA						(2 854 635,74)
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	17 319 122,22	910 694,83	2 028 574,12	16 201 242,93	19 822 060	17 498 019,42
31	OUTROS ATIVOS						4 619 128,84
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS						21 665 408,21
411+...+418	TOTAL DOS DEVEDORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	DISPONIBILIDADES						0,00
12	CAIXA	1 343 298,24		1 343 298,24		1 863 973,69	2 202,76
13	DEPOSITOS À ORDEM						2 597,89
14	DEPOSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO						26 960,22
18	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO						2 202,76
	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS						50 581,92
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	1 343 298,24		1 343 298,24		1 863 973,69	27 158,86
51	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						0,00
52	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	4 060,17		4 060,17		6 533,14	0,00
58	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						0,00
59	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						0,00
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	4 060,17		4 060,17		6 533,14	0,00
	TOTAL DO ATIVO	18 666 480,63	910 694,83	2 028 574,12	17 548 601,34	21 692 567,07	17 548 601,34
PASSIVO							
	DESIGNAÇÃO						
	CAPITAL DO OIC						
61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						18 012 319,84
62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS						(1 349 442,61)
64	RESULTADOS TRANSITÓRIOS						4 988 603,76
65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS						383 402,04
66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						(2 854 635,74)
	TOTAL DO CAPITAL DO OIC						17 498 019,42
48	PROVISÕES ACUMULADAS						0,00
481	PROVISÕES PARA ENCARGOS						0,00
	TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS						0,00
	TERCEIROS						
421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES						21 418,94
422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES						0,00
423	COMISSÕES A PAGAR						26 960,22
424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES						2 202,76
43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS						50 581,92
	TOTAL DOS VALORES A PAGAR						27 158,86
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS						0,00
56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO						0,00
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						0,00
59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS						0,00
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS						0,00
	TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	18 666 480,63	910 694,83	2 028 574,12	17 548 601,34	21 692 567,07	17 548 601,34
Total do Número de Unidades de Participação Categoria A							
Total do Número de Unidades de Participação Categoria I							
Abreviaturas: Mv - Mais Valias;		mv - Menos Valias;		P - Provisões			
326 640,2084		0,0000		93 875,7348		Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria A	
261 376,4724		0,0000		93 875,7348		Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria I	
53,5697		0,0000		62,1181			

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Período		CÓDIGO	Período	
		2022	2021		2022	2021
	CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813		Da carteira de Títulos e Outros Ativos
711+714+717+718	De Operações Correntes			811+814+817+818		Outras, de Operações Correntes
719	De Operações Extrapatrimoniais			819		De Operações Extrapatrimoniais
	COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	43 340,89	47 088,86	822+...+824/5		Da carteira de Títulos e Outros Ativos
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	268 136,30	223 599,13	829		De Operações Extrapatrimoniais
729	De Operações Extrapatrimoniais					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS
732+733	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837		Da carteira de Títulos e Outros Ativos
731+738	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	10 560 959,38	8 566 295,82	831+838		Outras, de Operações Correntes
739	Outras, de Operações Correntes			839		De Operações Extrapatrimoniais
	IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento	128 582,01	4 095,30	851		Provisões para encargos
7412+7422	Impostos Indirectos					
7418+7428	Outros Impostos	20 058,98	19 280,23			
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO					
751	Provisões para encargos					
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	7 632,20	4 920,00	87		OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	11 028 709,76	8 865 269,34			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					8 174 074,02
781	Valores incobráveis					
782	Perdas extraordinárias					
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores					
788	Outros Custos e Perdas Eventuais	0,00	845,81			
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	845,81			
	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO					
63						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	11 028 709,76	4 619 128,84	66		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)
	TOTAL	11 028 709,76	13 485 243,99			TOTAL
						2 854 635,74
						11 028 709,76
						13 485 243,99
(6x23/4/15)-(7x23)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(2 512 389,92)	4 783 992,84	D-C		Resultados Eventuais
8x6-7x6	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(46 418,34)	83 781,17	B-D-A-C+74		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento
B-A	Resultados Correntes	(2 854 635,74)	4 619 974,65	B-D-A-C		Resultados Líquidos do Período
						(2 854 635,74)
						4 619 128,84

O responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2022 E 2021

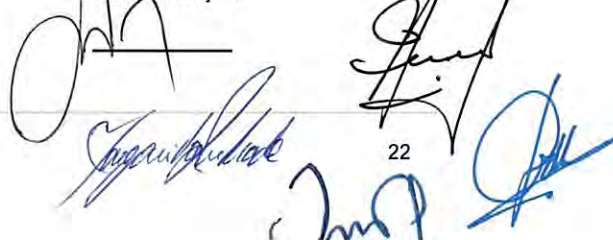
(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	Período
	De 2022-01-01 a 2022-12-31	De 2021-01-01 a 2021-12-31
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	4 251 925.58	4 604 375.13
Comissão de resgate	0.00	0.00
	4 251 925.58	4 604 375.13
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	8 454 720.26	8 343 859.96
	<u>8 454 720.26</u>	<u>8 343 859.96</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	<u>(4 202 795)</u>	<u>(3 739 485)</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	16 965 626.57	16 469 645.31
Rendimento de Títulos e outros ativos	536 028.93	455 304.38
Outros Recebim. Carteira de Títulos	9.78	17.99
	17 501 665.28	16 924 967.68
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	13 670 373.45	13 109 232.72
Comissões de Corretagem	30 316.88	28 921.82
Outras taxas e comissões	13 058.02	18 477.27
	<u>13 713 748.35</u>	<u>13 156 631.81</u>
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	<u>3 787 916.93</u>	<u>3 768 335.87</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	6 262 146.67	5 178 468.34
Outros recebimentos op. a prazo e de divisas		
	6 262 146.67	5 178 468.34
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	6 197 389.26	5 180 850.32
Outros pagamentos op. a prazo e de divisas		
	<u>6 197 389.26</u>	<u>5 180 850.32</u>
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	<u>64 757.41</u>	<u>(2 381.98)</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	122 849.59	0.00
Outros rec. Operações correntes	0.00	0.00
	122 849.59	0.00
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	96 280.14	86 132.87
Juros disp. / Empréstim.	0.00	0.00
Comissão de Comercialização	168 244.89	127 877.59
Comissão de Depósito	9 741.72	10 922.34
Impostos e taxas	12 208.13	112 571.03
Outros pag. Operações correntes	6 929.82	8 876.41
	<u>293 404.70</u>	<u>346 380.24</u>
Fluxo das operações de Gestão Corrente	<u>(170 555.11)</u>	<u>(346 380.24)</u>
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período	(520 675.45)	(319 911.18)
Disponibilidades no Início do Período	1 863 973.69	2 183 884.87
Disponibilidades no Fim do Período	1 343 298.24	1 863 973.69

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Acções Europa Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções (Fundo), iniciou a sua actividade em 14 de junho de 2000. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objectivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades colectivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo, as quais proporcionem a constituição de uma carteira diversificada em acções europeias.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2022 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 31/12/2022
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I				
Valor base	18 012 319.94	6 320 263.70	0.00	3 057 076.80	4 943 496.19				16 332 010.65
Diferença p/ Valor Base	(1 349 442.61)	857 049.57	0.00	252 226.44	223 339.77				(967 959.25)
Resultados distribuídos							4 605 201.72		4 988 603.76
Resultados acumulados	383 402.04						(4 619 128.84)	(2 854 635.74)	(2 854 635.74)
Resultados do período	4 619 128.84					0.00	(13 927.12)	(2 854 635.74)	17 498 019.42
21 665 408.21		7 177 313.27	0.00	3 309 303.24	5 166 835.96				
Nº unidades de participação									
Categoria A	261 376.4724	126 405.2740		61 141.5360					326 640
Categoria I	93 875.7348		0.0000		93 875.7348				0.0000
Valor da unidade de participação									
Categoria A	60 5794	56 7802		54 1253					53 5697
Categoria I	61.1181				55 0391				0.0000

Em 21 de dezembro de 2020, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Capital - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções, Montepio Acções Internacionais - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções e Montepio Acções - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções no Montepio Acções Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções.

Em 14 de fevereiro de 2022, ocorreu a fusão, por incorporação, do Montepio Euro Telcos - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções no Fundo Montepio Acções Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções.

Nota 1 – Quadro 2

O número de participantes por escalões em 31 de dezembro de 2022 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão / Categoria A	
Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	0
0,5% ≤ Ups < 2%	27
Ups < 0,5%	2376

Nº Participantes por escalão / Categoria I

Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	0
0,5% ≤ Ups < 2%	0
Ups < 0,5%	0

Nota 1 - Quadro 3

A evolução trimestral do valor do Fundo e do valor da unidade de participação nos exercícios de 2020 a 2022 foram as seguintes:

CATEGORIA A				CATEGORIA I				TOTAL					
Ano	Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação	Ano	Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação	Ano	Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Nº Up's em circulação
2022	março	17 551 779.90	55.1863	318 045.8223	2022	março	0.00	0.0000	0.0000	2022	março	17 551 779.90	318 045.8223
	junho	17 266 656.61	50.9467	338 916.2806		junho	0.00	0.0000	0.0000		junho	17 266 656.61	338 916.2806
	setembro	16 629 110.51	48.9810	339 501.1593		setembro	0.00	0.0000	0.0000		setembro	16 629 110.51	339 501.1593
	dezembro	17 498 019.42	53.5697	326 640.2084		dezembro	0.00	0.0000	0.0000		dezembro	17 498 019.42	326 640.2084
2021	março	11 937 863.54	53.6404	222 553.7731	2021	março	10 254 073.23	54.4876	188 190.7999	2021	março	22 191 936.77	410 744.5730
	junho	13 326 029.50	57.3619	232 314.9644		junho	5 487 000.58	58.4496	93 875.7348		junho	18 813 030.08	326 190.6992
	setembro	13 801 428.89	57.5813	239 686.0650		setembro	5 525 329.72	58.8579	93 875.7348		setembro	19 326 758.61	333 561.7998
	dezembro	15 834 023.12	60.5794	261 376.4724		dezembro	5 831 385.09	62.1182	93 875.7348		dezembro	21 665 408.21	355 252.2072
2020	março	6 293 546.89	40.2727	156 273.2756	2020	março	7 603 179.66	40.4014	188 190.7999	2020	março	13 896 726.55	344 464.0755
	junho	7 026 633.91	45.5249	154 347.2007		junho	8 621 531.40	45.8127	188 190.7999		junho	15 648 165.31	342 538.0006
	setembro	6 712 489.42	44.3342	151 406.5152		setembro	8 422 501.00	44.7551	188 190.7999		setembro	15 134 990.42	339 597.3151
	dezembro	11 388 145.03	49.1847	231 538.3467		dezembro	9 373 425.29	49.8081	188 190.7999		dezembro	20 761 570.32	419 729.1466

Nota 2 - Quadro 1

No exercício de 2022, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1) €		Vendas (2) €		Total (1)+(2) €	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Ações	11 178 862.05	0.00	14 589 199.13	0.00	25 768 061.18	0.00
Unidades de Participação	2 518 213.38	0.00	2 486 208.25	0.00	5 004 421.63	0.00

Nota 2 - Quadro 2

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram cobradas para o Fundo as seguintes comissões de subscrição e resgate:

CATEGORIA A		
	Valor €	Comissões Cobradas em €
Subscrições	7 177 313.27	Isento
Resgates	3 309 303.24	Isento
CATEGORIA I		
	Valor €	Comissões Cobradas em €
Subscrições	0.00	Isento
Resgates	5 166 835.96	Isento

Nota: Conforme está previsto no Prospeto, durante o exercício de 2022, a comissão de resgate foi de 0%

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos, em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
EDP-Nom.	23 340.71	642.35		23 983.06		23 983.06
NOS SGPS	17 739.11	1 373.87		19 112.98		19 112.98
Total Energies SE	453 910.68	109 715.83		563 626.50		563 626.50
SIEMENS AG	153 798.71	6 047.41		159 846.12		159 846.12
NOKIA OYJ	139 144.01		(18 849.08)	120 294.93		120 294.93
ING GROEP N.V.	161 712.52	47 883.62		209 596.14		209 596.14
BANQUE NATION. PARIS	405 591.68		(4 033.43)	401 558.25		401 558.25
BMW AG	88 819.17		(9 024.51)	79 794.66		79 794.66
SAP SE	263 689.53		(36 016.35)	227 673.18		227 673.18
UNILEVER PLC	506 513.29	31 038.74		537 552.03		537 552.03
BASF SE	247 578.42		(42 673.79)	204 904.63		204 904.63
STORA ENSO OYJ	93 807.81		(17 156.46)	76 651.35		76 651.35
CARREFOUR SA	146 578.26		(15 968.62)	130 609.64		130 609.64
Mercedes-Benz Group	245 482.65	5 090.75		250 573.40		250 573.40
SANOFI	236 073.47		(6 622.11)	229 451.36		229 451.36
ALLIANZ SE-REG	304 297.52		(8 974.52)	295 323.00		295 323.00
AXA	300 801.55	31 608.14		332 409.69		332 409.69
DEUTSCHE BANK AG	14 233.35	7 461.46		21 694.81		21 694.81
ASSICURA GENERALI	109 673.29		(8 587.63)	101 085.66		101 085.66
MUENCHENER RUECKVER	99 287.30	28 392.70		127 680.00		127 680.00
KERING	83 001.19		(16 431.19)	66 570.00		66 570.00
UNICREDITO IT (ITAL)	73 469.80		(1 363.02)	72 106.78		72 106.78
GSK PLC	157 327.76	110 813.09		268 140.86		268 140.86
CAPGEMINI SE	102 405.48		(18 660.33)	83 745.15		83 745.15
STMICROELECTRONIC NV	251 380.71		(36 748.23)	214 632.48		214 632.48
E.ON SE	43 379.58	2 497.03		45 876.61		45 876.61
DEUTSCHE TELEKOM AG	235 246.03	10 794.21		246 040.24		246 040.24

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
CRH PLC	319 406.96		(15 184.76)	304 222.20		304 222.20
VIVENDI	136 217.37		(33 973.79)	102 243.58		102 243.58
ENI SPA	259 617.21		(7 037.06)	252 580.15		252 580.15
ENEL SPA - 2001	47 524.24		(12 394.72)	35 129.52		35 129.52
LVMH MOET HEN SE	409 986.20	106 057.90		516 044.10		516 044.10
Telefonica	63 350.82		(12 257.63)	51 093.19		51 093.19
ENDESA SA	181 557.27		(14 289.29)	167 267.98		167 267.98
BANCO SANTANDER SA	168 812.13		(32 022.10)	136 790.03		136 790.03
RWE AG	108 595.14	12 598.12		121 193.26		121 193.26
NESTLE SA	473 696.37		(48 052.34)	425 644.03		425 644.03
IBERDROLA SA	235 027.65	32 123.41		267 151.06		267 151.06
AIR LIQUIDE	224 121.77		(7 250.57)	216 871.20		216 871.20
CREDIT AGRICOLE SA	157 951.92		(4 145.92)	153 806.00		153 806.00
NOVARTIS AG-REG	440 724.40	15 892.44		456 616.85		456 616.85
ROCHE HLD AG-GENUSSC	654 989.46		(97 708.56)	557 280.90		557 280.90
ASTRAZENECA PLC	137 705.72	35 700.06		173 405.77		173 405.77
BP PLC	44 513.10	9 031.15		53 544.25		53 544.25
HSBC HOLDINGS PLC	228 883.01	27 370.93		256 253.93		256 253.93
BARCLAYS PLC	70 602.73	7 292.67		77 895.40		77 895.40
TELIA CO AB	16 015.44		(4 777.87)	11 237.58		11 237.58
NATIONAL GRID PLC	32 138.09		(3 428.25)	28 709.84		28 709.84
RIO TINTO PLC	149 244.57	18 041.26		167 285.83		167 285.83
DEUTSCHE POST AG	250 589.23		(34 900.65)	215 688.58		215 688.58
BOUYGUES	32 480.00		(4 440.00)	28 040.00		28 040.00
INTESA SANPAOLO	95 960.21		(10 926.37)	85 033.84		85 033.84
ANGLO AMERICAN PLC	82 973.72		(14 589.51)	68 384.21		68 384.21
TESCO PLC	105 358.70		(17 686.29)	87 672.41		87 672.41
NOVO NORDISK AS B	39 108.17	46 032.69		85 140.86		85 140.86
EssilorLuxottica	126 834.90	29 675.10		156 510.00		156 510.00
ZURICH Insurance	33 277.14	2 656.65		35 933.79		35 933.79
SAMPO OYJ-A SHS	75 100.48	10 041.60		85 142.08		85 142.08
Fresenius SE	35 710.53		(5 418.03)	30 292.50		30 292.50
PUBLICIS GROUPE	94 499.36	3 662.48		98 161.84		98 161.84
SCHNEIDER ELECTRIC	207 308.21	6 549.71		213 857.92		213 857.92
DIAGEO PLC	54 518.54	2 684.39		57 202.94		57 202.94
INDITEX	67 834.75		(8 368.70)	59 466.05		59 466.05
MICHELIN (CGDE)	88 773.10		(10 610.22)	78 162.88		78 162.88
EIFFAGE	29 485.52	1 675.36		31 160.88		31 160.88
DEUTSCHE BOERSE AG	149 385.30	22 828.50		172 213.80		172 213.80
VINCI SA	200 615.38	17 123.48		217 738.86		217 738.86
IPSEN SA	26 021.25		(192.75)	25 828.50		25 828.50
GLENCORE PLC	79 699.15	17 124.84		96 823.99		96 823.99
ASML Holding NV	390 179.31		(24 924.31)	365 255.00		365 255.00
ACS ACTIV CONS Y SER	72 842.86	7 761.61		80 604.47		80 604.47
CAIXABANK SA	37 702.36	4 110.70		41 813.06		41 813.06
RECORDATI SPA	83 699.60		(11 740.85)	71 958.75		71 958.75
POSTE ITALIANE SPA	67 612.68		(5 272.97)	62 339.71		62 339.71
UBSG AG REG	104 130.82	1 402.03		105 532.85		105 532.85
AP MOLLER-MAERSK ASB	100 896.18		(29 480.86)	71 415.32		71 415.32
ASSA ABLOY AB-B	70 153.86		(9 973.82)	60 180.04		60 180.04
BRENTAG SE	127 927.49		(23 596.65)	104 330.84		104 330.84
COLOPLAST-B	34 256.72		(4 447.53)	29 809.18		29 809.18
EXOR NV	26 254.66	587.24		26 841.90		26 841.90
HENKEL AG & CO KGAA	133 920.27		(35 953.77)	97 966.50		97 966.50
INVESTOR AB-B SHS	84 232.53		(4 531.36)	79 701.18		79 701.18
KERRY GROUP PLC-A	151 993.93		(28 076.89)	123 917.04		123 917.04
KONE OYJ-B	118 857.69		(25 976.79)	92 880.90		92 880.90
PANDORA A/S	97 566.68		(25 564.30)	72 002.38		72 002.38
RELX PLC	43 405.01	14 921.67		58 326.68		58 326.68
SANDVIK AB	58 836.38	2 942.72		61 779.10		61 779.10
VOLVO AB-B SHS	81 164.12	2 756.91		83 921.03		83 921.03
AMUNDI SA	140 060.19		(30 138.19)	109 922.00		109 922.00
SIEMENS HEALTHINEERS	110 503.10		(14 426.22)	96 076.88		96 076.88
TELEPERFORMANCE	105 865.20		(35 937.40)	69 927.80		69 927.80
FERGUSON PLC	180 680.82		(11 650.12)	169 030.70		169 030.70
KINNEVIK AB - B	134 170.08		(75 547.41)	58 622.67		58 622.67
ATLAS COPCO AB-A SHS	33 249.53	575.36		33 824.88		33 824.88
SARTORIUS STDM BITCH	22 443.43		(1 873.43)	20 570.00		20 570.00
SMURFIT KPPA GRP PLC	105 449.76		(28 173.60)	77 276.16		77 276.16

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
JUST EAT TAKEAWAY	66 558.24		(49 731.24)	16 827.00		16 827.00
CELLNEX TELECOM SA	37 723.35		(7 700.03)	30 023.32		30 023.32
INFRASTRUTTURE WIRLS	17 370.24	1 382.45		18 752.69		18 752.69
DAIMLER TRUCK HLD AG	128 265.67	25 056.00		153 321.67		153 321.67
SHELL PLC-NEW	480 931.71	31 509.26		512 440.96		512 440.96
CIE FINA. RICH-A REG	38 797.20	166.95		38 964.15		38 964.15
CARL ZEISS MDTC AGBR	33 772.50		(4 769.10)	29 003.40		29 003.40
ADYEN NV	50 080.47		(11 428.47)	38 652.00		38 652.00
EUROAPI SASU	9 440.82		(8 000.42)	1 440.40		1 440.40
HALEON PLC	157 327.76		(81 005.27)	76 322.49		76 322.49
ALLEIMA AB	11 760.82		(9 242.51)	2 518.31		2 518.31
Sub-Total:	15 144 582.84	910 694.82	(1 239 928.15)	14 815 349.61		14 815 349.61
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
XTraks MSCIEUR1C ETF	1 431 873.85		(45 980.44)	1 385 893.41		1 385 893.41
Sub-Total:	1 431 873.85		(45 980.44)	1 385 893.41		1 385 893.41
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.04 - Ações						
Lets GOWEX SA	49 991.68		(49 992)			
BESCL	692 673.84		(692 674)			
Sub-Total:	742 666.52		(742 666.52)			
Total	17 319 122.21	910 694.82	(2 028 574.11)	16 201 242.92		16 201 242.92

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)		
	SALDO 31/12/2021	AUMENTOS	REDUÇÕES SALDO 31/12/2022
Caixa			
Depósitos à ordem	1 863 973.69		1 343 298.24
Depósitos a prazo e com pré-aviso			
Certificados de depósito			
Outras contas de disponibilidades			
Total	1 863 973.69		1 343 298.24

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos activos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos activos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transacções efectuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos activos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adoptado para a valorização de ações (incluindo direitos susceptíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adoptado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos susceptíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adoptado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, excepto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos activos cotados, o critério de valorização adoptado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes factores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para actualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual na Classe A e de 0,25% anual na Classe I, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão da Classe A será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão da Classe A, a comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 5 – Os resultados obtidos pelo Fundo no exercício de 2022 apresentaram a seguinte composição:

Natureza	Proveitos e ganhos (Valores em €)						
	Ganhos de capital			Ganhos com carácter de juro			
	Mais valias		Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos	Rendimento de títulos	Soma
Potenciais	Efetivas						
Operações à vista							
Ações	5 761 384.42	1 350 622.30	7 112 006.72			536 009.47	536 009.47
Unidades Participação	362 866.79	79 222.41	442 089.20			1 804.96	1 804.96
Depósitos							
Operações a prazo							
Cambiais							
Forwards	82 163.67		82 163.67				

Natureza	Custos e perdas (Valores em €)					
	Perdas de capital			Juros e comissões suportados		
	Menos valias		Soma	Juros Vencidos e comissões	Juros Corridos	Soma
Potenciais	Efetivas					
Operações à vista						
Ações	8 640 556.03	1 298 072.87	9 938 628.90			
Unidades Participação	524 840.83	97 489.65	622 330.48			
Depósitos						
Operações a prazo						
Cambiais						
Forwards	128 582.01		128 582.01			
Comissões						
De gestão				88 793.97		88 793.97
De comercialização				167 229.55		167 229.55
De depósito				9 228.83		9 228.83
Da carteira títulos				43 340.89		43 340.89
Taxa de supervisão				2 883.95		2 883.95

Nota 9 – Impostos e taxas

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos Fundos de investimento mobiliário em território português são tributados em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o seguinte detalhe:

No exercício de 2022, os montantes registados na rubrica de impostos da demonstração de resultados apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador de tributação:

IRC - Lucro Tributável	0.00
Imposto de selo	20 058.98
	<u>20 058.98</u>

• Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC")

O Fundo é tributado, à taxa geral de IRC (21%), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

• Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%

Nota 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2022, o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo		Opções	Total a prazo	Posição Global
			Forwards	Swaps			
CHF Franco Suíço	1 595 186.99						1 595 186.99
DKK Coroa Dinamarquesa	1 921 351.69						1 921 351.69
GBP Libra Inglesa	1 457 278.72						1 457 278.72
SEK Coroa Sueca	4 357 352.18						4 357 352.18
Contravalor em Euros	3 913 184.56						3 913 184.56

Nota 13 - COBERTURA DO RISCO DE COTAÇÕES

A cobertura do risco de cotações em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Ações e valores similares	Montante €	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	14 815 349.51			14 815 349.51

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO EM DEZEMBRO DE 2022

Os diversos custos imputados aos Fundos de investimento mobiliário em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 2022	Categoria A		Categoria I	
	Valor (em Euros)	Percentagem de VLG (1)	Valor (em Euros)	Percentagem de VLG (1)
Comissão de Gestão	87 378.22	0.50%	4 967.51	0.50%
Componente Fixa	87 378.22	0.50%	4 967.51	0.50%
Componente Variável	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Comissão de Comercialização	173 918.73	1.00%	0.00	0.00%
Comissão de Depósito	9 081.68	0.05%	516.30	0.05%
Taxa de supervisão	2 728.82	0.02%	155.13	0.02%
Custos de auditoria	6 983.03	0.04%	396.99	0.04%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	8 940.61	0.06%	508.28	0.05%
Outros encargos	238.61	0.00%	13.57	0.00%
Total	289 269.70	1.67%	6 557.78	0.66%
Taxa Encargos Correntes (TEC)		1.67%		0.66%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 16 – Remunerações pagas pela Sociedade aos colaboradores da MGA em 2022

Tipo de remuneração	2022
Órgãos de Gestão	786 990.81
Conselho Fiscal	76 537.90
Colaboradores	1 263 822.47
Número de colaboradores	33

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Nota 17 – Impactos no OIC

O exercício de 2022 ficou marcado pelo início da guerra na Ucrânia e pelo aumento da inflação nas economias mundiais assim como, na implementação de medidas monetárias pelos principais bancos centrais para diminuição da pressão inflacionista sobre a economia.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, tendo ativado o plano de continuidade de negócio, de forma a garantir capacidade de resposta efetiva e permanente às solicitações e rotinas operacionais ultrapassando os diversos constrangimentos que se colocaram à continuidade da atividade.

Assim, num cenário de significativa incerteza, como sobretudo sobre os impactos na economia, mostrou-se da maior importância a proatividade no desenho e implementação de medidas específicas implementadas pela Sociedade Gestora, com vista à minimização de cenários de incumprimento e estratégias de minimização dos riscos, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias excecionais referidas anteriormente, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Lisboa, 14 de março de 2023

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (adiante designado por Fundo), gerido pela **Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.** (adiante designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 17 548 601 euros e um total de capital do Fundo de 17 498 019 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 854 636 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo


Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 16 de março de 2023



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC n.º 1366, inscrita na CMVM sob o n.º 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC